

# A LUTA CONTRA O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL: DA AMAZÔNIA ÀS UNIVERSIDADES, UMA ENTREVISTA COM RICARDO REZENDE FIGUEIRA

Em 2023, o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) completa 20 anos. Vinculado ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPP-DH/UFRJ), tem atuação reconhecida no território brasileiro e importantes conexões com outros grupos, com a sociedade civil organizada e com a imprensa internacional. Muito disso se deve à figura de seu coordenador, o professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutor Ricardo Rezende Figueira, antropólogo e padre, que viveu durante duas décadas na região Amazônica, especificamente no sul do Pará. Ricardo acolheu trabalhadores, registrou e denunciou práticas de violência e escravização, juntamente com outros militantes e organizações, num período em que o próprio Estado brasileiro financiava empresas e iniciativas responsáveis pelas violações de direitos. As páginas a seguir, mediadas pela história de vida de Ricardo, contam um pouco sobre a construção e manutenção da política de combate ao trabalho escravo no Brasil, uma das principais e mais simbólicas do país. A entrevista foi realizada em 29 de novembro de 2022, no contexto de realização de estância de investigação de doutorado do entrevistador na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Lucas Isaac Soares Mesquita**

Doutor em Direito pela Universidad de Salamanca (USAL, Espanha).

[lucasismesquita@gmail.com](mailto:lucasismesquita@gmail.com)

## 1. Uma breve biografia do entrevistado

Além de professor universitário, antropólogo e padre, Ricardo Rezende Figueira é autor premiado e coautor de diversos livros, como *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia* (1986), *Rio Maria, canto da terra* (1993), *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo* (2004), *A escravidão na Amazônia: quatro décadas de depoimentos de fugitivos e libertos* (2021) e das publicações anuais referentes às Reuniões Científicas do GPTEC.

Mineiro de Carangola, viveu parte da infância na vila de Cisneiros, em Palmas/MG. Dos 11 aos 17 anos, estudou no seminário dos Missionários do Sagrado Coração, em Juiz de Fora. Na Universidade Federal de Juiz de Fora, cursou Filosofia e Ciências das Religiões.

Durante sua juventude, conta que as influências dos anos 1960 eram fortes: o movimento hippie, as guerrilhas e a contestação às ditaduras eram reflexo de um ambiente efervescente na América e no mundo, que questionava o consumo desenfreado e a sociedade estabelecida. Uma parte dos jovens era movida por utopias coletivas ou de “paz e amor”, viver em comunidade ou ingressar em guerrilha.

Era também uma época de ditadura militar de direita no Brasil e em diversos países do continente. Ricardo participava, no início dos anos 1970, de um grupo de jovens que pensava em uma inserção na igreja mais progressista, influenciados por Paulo Freire, Ivan Illich e por alguns teólogos como Jaime Snoek, Gustavo Gutierrez, Leonardo Boff e João Batista Libânio. Havia um diálogo com a sociologia da dependência. Esse grupo idealizava criar uma comunidade mista, de homens e mulheres que morariam na mesma casa, vivendo em simplicidade e tendo uma inserção com os pobres. Esses jovens eram cristãos, abertos ao ecumenismo, ao Concílio Vaticano II, à teologia da libertação e católicos.

No entanto, houve uma interrupção em seus planos iniciais quando foi convidado para realizar uma viagem internacional preparando três concílios de jovens na Argentina, na França e no México. Era a primeira vez que saía do Brasil, aos 22 anos. Essa viagem representou uma imersão transformadora em sua vida. Realizada em 1974, apresentou um continente desconhecido para ele, que antes de se descobrir latino-americano, olhava culturalmente apenas para a Europa. Durante seis meses, viajou pela Argentina, Paraguai, França, Espanha, México, Panamá, Honduras, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Estados Unidos e Canadá.

Junto com a viagem, outro marco que considera essencial em sua vida é o livro “Teologia da libertação”, de Gustavo Gutiérrez, publicado em 1972. De acordo com Ricardo, o autor apresentava uma questão: “o que era ser Igreja na América?”. Bonhoeffer, teólogo alemão luterano, havia escrito sobre o que era ser cristão na Europa e organizou um grupo de resistência a Hitler e ao governo nazista, foi preso e assassinado. Para ele, o desafio para a teologia na Alemanha era falar ao homem adulto. E Gutiérrez, peruano, escrevia que este não era o nosso desafio como americanos. O nosso, era como falar de um Deus que é pai para homens que sequer conseguiam viver como gente.

Quando retorna ao Brasil, o grupo mencionado anteriormente já havia encaminhado sua vida. Ele se lembra que dois trabalhavam em Vitória, na Vale do Rio Doce; Nicole Combes, em Ceres, na diocese de Goiás Velho, cujo bispo era o dominicano Dom Tomás Balduino; e Heloísa Andrade, em Conceição do Araguaia, sul do Pará, onde coordenava o Movimento de Educação de Base (MEB). Em dezembro de 1976, foi a Goiás, conheceu Dom Tomás e visitou Nicole que, além de freira, era enfermeira e trabalhava com uma equipe médica que realizava um trabalho

### **PALAVRAS-CHAVE**

Trabalho escravo;  
Comissão Pastoral  
da Terra; GPTEC;  
Amazônia.

### **PALABRAS CLAVE**

Trabajo esclavo;  
Comisión Pastoral  
de la Tierra;  
GPTEC; Amazonia.

### **KEYWORDS**

Modern slavery;  
Pastoral Land  
Commission;  
GPTEC; Amazon.

Recibido:  
25/08/2023

Aceptado:  
28/09/2023

de atendimento a setores mais pobres da população. Depois, foi a Conceição do Araguaia, no Pará, uma cidade pequena, com uma movimentação intensa e sede da Prelazia da Santíssima Conceição do Araguaia<sup>1</sup>. Havia centenas de voos diários chegando e saindo da cidade, mas era uma região quase sem estradas.

Em 10 de maio de 1977, mudou-se para Conceição, realizando trabalho inicialmente de barco, a cavalo ou bicicleta. Inexistia ponte ligando o norte do estado de Goiás (região que depois se torna Tocantins) ao Pará. Além disso, não havia luz elétrica (salvo produzida por motor), biblioteca, teatro... Ao chegar, ficou impressionado e ao mesmo tempo, temeroso, porque ocorreu na região a chamada guerrilha do Araguaia (1972-1974) e o Brasil ainda estava no período da ditadura.

Além disso, em 1976, um padre, um seminarista e diversos trabalhadores tinham sido presos e muito torturados. Na época da guerrilha e nos anos seguintes, alguns padres e freiras que atuavam na região tinham sido presos e torturados. As casas paroquiais foram invadidas, os bispos estavam em confronto com as forças armadas, tanto Dom Estevão Cardoso de Avelar quanto Dom Alano Pena, também dominicano, de Marabá, respondiam inquéritos militares.

## 2. Entrevista: da Amazônia às Universidades

**Lucas Soares:** Como o combate ao trabalho escravo surgiu na sua história?

**Ricardo Rezende Figueira:** Em 10 de maio de 1977, passei a morar em Conceição do Araguaia. Cheguei nesse ambiente de cuidado, de perigo e de risco. A prelazia de Conceição do Araguaia abarcava uma área de 45 mil quilômetros quadrados e só contava com onze padres. A prelazia de Marabá tinha uma equipe de agentes de pastoral mais ativa e progressista e a região, uma estrutura melhor, mais estradas. Decidi trabalhar em Conceição do Araguaia, porque tinha ali Heloisa, uma amiga, e por ser um lugar mais carente. Na verdade, escolhi sem saber que era o epicentro do conflito fundiário e do trabalho escravo na Amazônia.

Sem uma experiência com questões rurais, eu não tinha ideia de que ia para um local explosivo, com muitos assassinatos de trabalhadores e comecei a ouvir histórias que assustavam. Nunca fui bom de memória. O trabalhador chegava e contava seu problema, se aparecesse duas semanas depois, teria que repetir porque já não lembrava mais do seu nome, da área de onde vinha, o nome da fazenda, quanto tempo estava lá, os detalhes. Então comecei a anotar as informações. Como trabalhei numa biblioteca, tinha experiência no arquivamento de dados.

Meus irmãos e eu trabalhamos desde cedo. Trabalhei na biblioteca dos padres redentoristas em Juiz de Fora, especializada em filosofia e teologia. Fazíamos a ficha individual para as publicações, classificávamos e inseríamos as informações em um arquivo por ordem alfabética com o nome dos autores. No Araguaia, com a experiência, passei a criar pastas e as pastas tinham uma lógica interna.

A futura diocese era composta por dois municípios: Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia. Posteriormente, foi dividida em onze municípios<sup>2</sup>. Conceição tinha seus distritos<sup>3</sup>, como Santana. Quando alguém chegava com uma informação, precisava saber arquivar. Uma forma de arquivamento era o nome da unidade de produção, da fazenda. Colocava tudo daquela mesma fazenda no mesmo local em ordem decrescente de data. Depois, a informação era guardada conforme o município. Nunca trabalhei individualmente. Virou uma regra na equipe o cuidado com documentar a informação. Entre os que contribuíam mais com as anotações estava o padre Aristides Camio<sup>4</sup>.

A sistematização das informações tinha um motivo imediato, que era a memória dos fatos ocorridos, mas também tinha outro: nos precaver de processos. Trabalhávamos com denúncias que envolviam os maiores grupos empresariais brasileiros e estrangeiros. Estas empresas, fora da região, atuavam na área financeira e/ou industrial, mas ali tinham se transformado em empresas agropecuárias. Para elas, havia financiamento do governo brasileiro, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Do recurso

liberado para a Amazônia Legal Brasileira, que compõe mais de 50% do território nacional, mais da metade foi dirigida para esses dois municípios. Otavio Ianni escreveu sobre o assunto no livro publicado pela Editora Vozes, em 1978, “A luta pela terra”.

Quanto ao conflito fundiário, as fazendas abarcaram áreas onde tinham antigos moradores, ribeirinhos ou novos moradores, posseiros, que chegaram convidados pela propaganda do governo e não encontravam a Terra Prometida. E havia a grilagem de terras. Algumas empresas ocuparam áreas que não tinham adquirido. Como resultado do projeto governamental de privatização do território, houve trabalho escravo, danos ambientais, conflitos fundiários, torturas e assassinatos.

Os assassinatos se deram no conflito fundiário e no âmbito do trabalho escravo. Tínhamos mais informações sobre o conflito fundiário, porque o trabalhador, em geral, tinha família no local. Era de outro estado e havia realizado a migração com parentes. Se fosse assassinado em conflito fundiário, teria a esposa, a mãe, o filho ou a filha, alguém para denunciar, para chorar o corpo. Assim, obtínhamos algumas informações sobre os assassinatos dos posseiros: o dia e as condições da morte, o nome completo de quem e como morreu, os indícios de autoria. O mesmo não se passava com os peões, pois não tinham parentes na região. Assim sendo *outsiders*, sem familiares na região ou, se os tinham, eram, por exemplo, irmãos que trabalhavam como eles em fazendas e não conheciam nem eram conhecidos no município. Se houvesse um assassinato, os corpos desapareciam em cemitérios clandestinos, a informação poderia nunca chegar. Ou chegava, mas incompleta, sem nome do morto, por exemplo, no caso Zé Pereira, que levamos em 1992 para a OEA<sup>5</sup>.

Zé Pereira informou que, ao fugir da fazenda Espírito Santo, estava acompanhado por um homem mais velho, talvez com 20 ou 21 anos, que conhecia como Paraná. Zé Pereira tinha 17 anos. Ambos alvejados com tiro na cabeça. Paraná morreu. Os dois foram lançados diante da Fazenda Brasil Verde pelos pistoleiros. O Zé Pereira revelou para a polícia que o corpo do Paraná foi deixado na beira da estrada. A polícia, contudo, disse que não encontrou o corpo.

Qual é o nome do Paraná e de onde era? Não sabemos. O nome Paraná remete ao estado: ele passou pelo Paraná? Nasceu no Paraná? Onde moravam a mãe, o pai, a família? Sem saber, não pudemos avisar aos familiares e não tivemos sequer acesso ao corpo. Não sabemos assim os dados mais simples sobre o morto.

Em maio de 1977, conheci o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, Bertoldo Siqueira de Lira, nomeado pela ditadura. Contou-me que o Zezinho da Codespar tinha intencionalmente queimado vivo em torno de 60 homens e um teria sobrevivido mergulhando em uma lagoa. O pistoleiro contratou homens para uma derrubada de mata e determinou que no entorno de uma lagoa não deviam mexer, seria local de sombra para o gado, água e descanso. Mas, ao terminar o trabalho, Zezinho mudou de ideia e ordenou a derrubada daquela área. Roçaram e começaram o trabalho. Enquanto derrubavam, Zezinho da Codespar, para não pagá-los, incendiou a área e matou os trabalhadores. Qual o nome dos mortos e onde estão os ossos? Nunca soube. Quando entrevistei pessoas para a tese de doutorado, anos depois, entre 2001 e 2003, constatei que em Mato Grosso, Piauí, Maranhão, a história era conhecida. E diziam que o sobrevivente estaria em Rio Maria, no Pará. Busquei, mas teria morrido. É verdade a história? Não sei. Foram assassinados 60 homens? Não sei. Mas a informação é plausível para quem fala - trabalhadores que estiveram no Pará ou que moravam no Pará -, poderia ter acontecido. E remete a uma prática corriqueira na região: o assassinato de trabalhadores.

Em 29 de maio de 1980, assassinam Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, grande amigo. Fomos tomados de emoção. Lula, que ainda não era presidente, foi à região, e houve mobilizações em decorrência do crime. Comecei a registrar os assassinatos, com a data, as circunstâncias e os indícios de autoria. Reproduzi a lista no livro “A justiça do lobo”, em 1986, publicado pela Editora Vozes. Entre 1980 e 1996, a lista contava com 200 casos de assassinato. Destes, 105 eram no conflito fundiário e 95, na fuga do trabalho escravo. Então, sob o ponto de vista de violências e assassinatos conhecidos, foram mais numerosos os casos de posseiros. Mas suponho que, de fato, o número dos peões foi superior porque eram enterrados em cemitérios clandestinos nas fazendas ou poderiam ter a identidade ocultada até pela polícia. O mesmo poderia acontecer com posseiros, mas de forma mais rara.

Houve um conflito de terra com Jairo Andrade, grande latifundiário de Redenção, que, por certeza da impunidade, falava demais para a imprensa ou para qualquer pessoa. Um filho dele, Tarley, foi morto em um conflito com posseiros. O fazendeiro, segundo informação dele próprio ao Jornal Estado de São Paulo, decidiu matar um por um dos suspeitos.

Estava em Conceição do Araguaia quando soube do assassinato de um dos suspeitos da morte de Tarley. Ao ser informado, viajei com amigos da CPT para Redenção, pensando em confortar os filhos do trabalhador, com 14 e 13 anos respectivamente, e talvez celebrar a missa de corpo presente. Ao chegar, soubemos que o morto tinha sido enterrado pela polícia. Passamos no cemitério e na funerária. Ali, nos disseram que a polícia enterrou o morto como desconhecido, mesmo sabendo sua identidade. A polícia não ocultava o corpo, mas o nome. E o pessoal do cartório revelou que, no mesmo cemitério, ao lado desse trabalhador, tinha sido enterrado um peão, que fugia da fazenda Acapulco. Ele e um companheiro, ao fugirem, entraram na fazenda vizinha. Um deles teve dificuldade de empreender a fuga, foi capturado e abriram sua cabeça com facão. O outro conseguiu aparentemente escapar. Alguém comunicou a polícia que recuperou o corpo. Gente da funerária esteve junto, fotografou e recolheu seus documentos. No entanto, a polícia mandou registrá-lo como “Cachorro”. Perdia, depois de morto, a condição de humano.

O primeiro caso, como era posseiro, tinha parente e era conhecido na região. A informação correu mais rápida. Lembrando uma categoria de Norberto Elias, ele era um “estabelecido”, se contrapondo ao outro, um *outsider*. Elias considera “estabelecido” quem mora em uma região há certo tempo, é conhecido e reconhecido. Nesse sentido, o posseiro tinha uma rede de relações. Não era da região, mas tinha construído contatos e tinha parentes morando na cidade, por isso fomos logo informados do assassinato. O outro, soubemos por acaso. Apesar do primeiro ter tido ocultada a identidade, esta era facilmente resgatada. O segundo, tivemos a sorte de ser informados pela funerária, que nos deu a foto do morto e a cópia da sua identidade. Era um peão que fugiu da fazenda Acapulco e o corpo foi recuperado. Temos o seu nome, a data do enterro, os dados mínimos sobre ele. Nesse caso, as informações foram fruto de algo inesperado, o agente da funerária.

Defrontando com problemas dessa natureza, revi meu papel na região. Tinha ido trabalhar na educação do que hoje se considera “supletivo de primeiro grau”. Era o ensino formal, através da equipe do MEB, que coordenava dezenas de escolas na área rural e urbana. Cada uma recebia um aparelho de rádio, uma bateria, um lampião, o quadro, o giz e o material pedagógico. Os monitores das escolas recebiam apoio, pois eram, em geral, pouco qualificados sob o ponto de vista formal. As escolas eram barracos de palha normalmente sem parede e as carteiras e os bancos, de pau roliço. Para o ensino cabia à equipe redigir complementos, como informações sobre a história, a geografia e os rios que banhavam a região. A equipe do MEB se inspirava na pedagogia de Paulo Freire. Além disso, havia as escolas profissionalizantes de carpintaria e marcenaria, que formavam pedreiros ou auxiliares de pedreiros, costureiros e datilógrafos.

A minha inserção, pensei, poderia se dar prioritariamente na educação informal. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) tinha sido criada dois anos antes, em 1975. Frei Henrique Marques tinha participado da sua criação em Goiânia mas não conseguia, em função de muitas responsabilidades, encaminhar muita coisa na Prelazia. Não havia um escritório, informação organizada, equipe articulada. Assumo a coordenação da CPT da Prelazia, me articulo com os agentes pastorais das paróquias locais e das dioceses do Regional Araguaia Tocantins<sup>6</sup> e começamos a assessorar os trabalhadores. Convenci o bispo que era necessário contratar um advogado, porque estávamos sobre um barril de pólvora. Era ditadura, se não conhecêssemos a lei, se não tivéssemos a orientação de um profissional, poderíamos cometer erros que os grandes fazendeiros iam aproveitar contra nós. Precisávamos de um advogado. Depois de uma tentativa malsucedida, foi contratado um jovem advogado, Paulo Fonteles.

Paulo era de Belém, aproximadamente 30 anos, foi contratado por Dom Estevão Avelar após ouvir indicação do pessoal da CPT da capital. Na primeira ida de Paulo à região, fui ao aeroporto buscá-lo e, de lá, viajamos para Redenção. Ali acabava de estourar um conflito entre posseiros e a direção da Fazenda Aldeia, da Nixdorf, empresa alemã que montava cabos de computador na região. Certamente a propriedade fundiária

e a montadora de cabos, eram subsidiadas pela SUDAM. Paulo, antes da reunião com os trabalhadores que tinham clandestinamente entrado na cidade, por serem procurados pela polícia, me disse: “Ricardo, tenho uma informação”. Sentamo-nos no meio fio da calçada, e ele explicou: “não sou advogado. Sou estudante de Direito, estou terminando. Mas tenho folhas assinadas por um advogado”. Fui surpreendido com a notícia. E agora? Os trabalhadores, correndo o risco, vieram para o encontro... Não havia como retroceder. E Paulo me surpreendeu. Era bom orador, articulado, empolgou os trabalhadores.

Voltamos para a casa paroquial em Redenção, não havia celular na época, mas tinha uma novidade na casa do padre: o telefone fixo que começava a ser instalado em algumas residências. Paulo ligou para um amigo, estudante de direito também no final do curso, filho de um desembargador, o Egídio Sales Filho. Conversaram sobre o que fazer. Paulo não trazia consigo livros de Direito e não tinha experiência. Egídio, no entanto, estava provavelmente na biblioteca do pai, e pôde instruir Paulo certamente a respeito do *Habeas Corpus*, da contestação à ação policial, dos direitos dos posseiros etc.

Paulo aprendia direito possessório e eu, atento, aprendia algo. É claro que ele tinha a base, concluía o curso de Direito e muita coisa me escapava. Enquanto CPT compreendemos que não teríamos condição de acompanhar casos individuais de conflitos fundiários por serem tão numerosos quanto os coletivos. Em 1979, constatamos 80 conflitos coletivos pela terra na diocese. Eram conflitos com quantia variável de famílias. E só éramos procurados no pós-conflito, quando os posseiros eram atacados por pistoleiros e pela polícia.

Começamos a nos envolver com o trabalho escravo. Não tínhamos aliados no Ministério do Trabalho, na Procuradoria do Trabalho, na Justiça do Trabalho ou na Polícia. Mesmo a opinião pública na cidade e o próprio sindicato dos trabalhadores não estavam a nosso favor. Havia uma lógica: “quem deve, paga”. O Sindicato e boa parte da população local pensava: se o trabalhador tem dívida, que se responsabilize mesmo com a retenção da liberdade. Tínhamos ali a escravidão por dívida em que a pessoa era retida pela dívida, a geografia e os homens armados. As fazendas eram enormes, distantes das cidades e do local de origem dos trabalhadores que se tornavam prisioneiros, principalmente da consciência, da alma. E essa consciência de “quem deve, paga”, era compartilhada pela gente da região. Havia uma desclassificação do peão, visto como “nordestino preguiçoso” e “beberrão”. Havia o estranhamento: quem é? Cometeu algum homicídio no local de origem? É fugitivo da justiça? O nome dele é verdadeiro? Há um estudo sobre isso da equipe pastoral de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso. Éramos vizinhos e lá também houve, antes de nós, problemas com a peonagem. E constataram que o peão sofria a mesma desclassificação das prostitutas que eram malvistas pelas famílias. Os peões, às vezes, encontravam conforto entre elas. Houve até casamento.

Ao recebermos o trabalhador, colhíamos o seu depoimento e providenciávamos a sua saída da região. Ele tinha que escapar. Se fosse capturado, poderia ser morto. A gente não assessorava o peão, pois ia embora, mas acompanhávamos os conflitos pela terra. O peão a gente ouvia, pegava o depoimento, ia embora e acabou. A gente em geral não o via mais.

A situação mudou em 1984, quando recebemos um telefonema da equipe da CPT de São Félix do Araguaia. Quatro jovens tinham escapado da fazenda Vale do Rio Cristalino, no município de Santana do Araguaia. A propriedade pertencia à Volkswagen. Escaparam ao alegar que precisavam se apresentar ao Exército. Tinham combinado a apresentação a um Coronel. O “gato” (empreiteiro), preocupado em não ter problema com o Exército, os liberou. Sem receber pelo tempo trabalhado, saíram a pé e pegaram carona até o Mato Grosso. Um era filho de um sindicalista. A equipe de São Félix então se mobilizou, colheu o depoimento do grupo e me informou. Como coordenava a CPT Araguaia-Tocantins, fui a São Félix do Araguaia. Ouvi os trabalhadores e os agentes de pastoral. E com um dos sobreviventes, o Zeca, fomos de avião até Conceição do Araguaia. Em Conceição, liguei para a assessoria do governador do estado e marcamos uma audiência. Jader Barbalho do PMDB, tinha acabado de tomar posse. Era do grupo dos “autênticos” do partido, considerado progressista e na campanha eleitoral anunciou que os pistoleiros do sul do Pará, já no dia de sua posse, se estivessem no estado, seriam presos.

Quando os padres franceses – Aristide Camiou e François Gouriou – foram presos, em 1982, por apoiar os posseiros em São Geraldo do Araguaia, Jader os visitou. Foi em solidariedade a São Geraldo do Araguaia, com uma comitiva composta por 16 deputados federais e pelo senador Teotônio Vilela. Ele já tinha ido ao escritório da CPT em Conceição do Araguaia. A gente se conhecia.

Informei à assessoria do Jader que precisava de uma audiência; que era urgente e se tratava de problemas em uma fazenda que pertencia à Volkswagen. A seguir fui à Belém com o Zeca. Uma viagem de mil quilômetros. Estivemos no Palácio do governo e informaram que o governador estava em Brasília e poderíamos falar com o vice-governador. Tive dúvidas. Esperava que, sendo um governador progressista, Jader mandaria um delegado especial fazer o flagrante do crime. Havia denúncia de tortura e assassinato, além do trabalho escravo. Informo que então iríamos a Brasília tentar falar pessoalmente com o governador. Em Brasília, soubemos que Jader tinha ido ao Rio. Éramos hóspedes na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o seu Secretário Geral, Dom Luciano Mendes, ponderou que, dada a gravidade do fato – suspeitávamos que talvez houvesse 600 pessoas retidas na fazenda – e não conseguíamos a audiência, era hora de falar com a imprensa. Foi convocada a audiência coletiva com a imprensa nacional. A imprensa, na época, cobria diariamente a CNBB e tinha um papel mais relevante que hoje pois não havia redes sociais como Facebook ou Instagram. Uma banca de jornais no Rio de Janeiro, na Zona Sul da cidade, podia vender 300 ou mais exemplares de um jornal diário. Na coletiva, estiveram jornalistas da *Folha de São Paulo*, do *Estado de S. Paulo*, do *Jornal do Brasil*, do *O Globo*, do *Correio Brasiliense*, a *Província do Pará*, *O Liberal*, a *Veja*... A mesma imprensa cobria o Planalto e o Congresso. A CNBB era órgão importante para a circulação de informação.

Zeca relatou as histórias ouvidas, presenciadas e vividas e eu complementei informações. No dia seguinte, os jornais nada deram, salvo O Globo que publicou, na parte interna, uma pequena notícia. Possivelmente, o silêncio da imprensa era pelo fato de se tratar de uma empresa robusta e os jornais não queriam perder a publicidade vinda daí. A censura provavelmente não era da ditadura, mas de interesses econômicos. A notícia pequena, veiculada pelo O Globo, repercutiu fora, em países como Alemanha, Suíça, Itália, França, Japão e Estados Unidos. Foi um escândalo internacional, mas não aqui.

O que fazer diante do silêncio? Enviamos o material que tínhamos para Friburgo, na Alemanha, onde existia o grupo Iniciativa Brasileira, cujo símbolo era um tatu. Solidário ao Brasil, mantinha regularmente uma publicação. Questionava a direção da VW e publicou o que mandávamos e as respostas da empresa. Em São Paulo, o deputado do Partido dos Trabalhadores (PT), Expedito Soares, ex-operário da Volkswagen, também denunciou no parlamento. Expedito tinha acesso ao jornal do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, para onde também enviamos informações sobre o crime e eles reproduziram. A Volks o convidou para ir à fazenda e verificar que não procediam as denúncias. Expedito aceitou o convite, mas exigiu que com ele fossem outros parlamentares, uma equipe interpartidária, e a imprensa. Assim, foram outros dois parlamentares, que não eram do PT, um fotógrafo e um repórter do jornal Estado de S. Paulo. Duas aeronaves de pequeno porte saíram de São Paulo, uma com a direção da empresa, e outra com os jornalistas, os deputados, um sindicalista e alguém do Dieese. Sem comunicar à direção da Volks, o parlamentar me avisou e sugeriu que eu me deslocasse para a região: “aguarde-os em Santana do Araguaia”. Ali, com Natal, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, de quem recebi denúncias, organizamos uma reunião com pessoas que sabiam do que se passava na fazenda ou mesmo tinham parentes que tinham sofrido algo naquele local.

Os parlamentares, já na Vale do Rio Cristalino, receberam o convite para começar uma conversa. Expedito quis minha presença. Friedrich Georg Brügger, o suíço gerente da fazenda, explicou que não era possível pois eu morava longe, em Conceição do Araguaia. Expedito revelou minha presença na região, um pouco mais de 80 km da fazenda.

A empresa fez algo não imaginado com antecedência. Colocou um carro à disposição dos parlamentares para me buscar e percorrer um caminho não previsto. Ao saírem da fazenda, encontraram um carro com o gato que perguntou se estavam ali em função de minhas denúncias. Confirmaram e o homem me

acusou de “mentiroso”. E ia demonstrar. Convidou os parlamentares e seus acompanhantes, inclusive a imprensa, para olharem a carroceria do carro. Ali estava um homem amarrado. Explicou: “Olhem, fugiu. É um vagabundo. Observem o prejuízo que tenho, se não tivesse ido atrás. Nós somos sofrendores na mão desses peões”.

Vou ser sintético, ou não termino a história. Em função de pressões, o governo do estado nomeou um delegado para instaurar um inquérito. Mas não era especial, não era de Belém, com isenção, nomeou um de Conceição do Araguaia. Apesar disso, o delegado concluiu que havia trabalho escravo na fazenda, mas isentou a Volkswagen do crime. E responsabilizou apenas os gatos.

O Secretário de Segurança Pública, de próprio punho, divergiu: se havia trabalho escravo, a fazenda também tinha responsabilidade. Em nome dos trabalhadores, que conseguiram chegar ao Mato Grosso, a CPT entrou com uma ação trabalhista contra a empresa. Eronides Souza Primo, um dos dois juizes da Justiça do Estado, em Conceição do Araguaia, acolheu a denúncia contra os gatos, mas não contra a empresa, e determinou que a Volks saísse do processo e que as vítimas, os trabalhadores, lhe pagassem as custas processuais. Os advogados da CPT entraram com um recurso no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), com sede em Belém, conseguiram que a montadora de veículos retornasse à ação e suspendeu a cobrança aos trabalhadores. A Volks, condenada, não quis pagar. Contudo, ao tentar anos depois leiloar a fazenda, os advogados conseguiram um interdito judicial e ela quitou a dívida. O valor era inexpressivo: se tratava apenas dos direitos trabalhistas lesados contra três trabalhadores. Não pagou danos morais individuais ou coletivos. Na época não se ventilava essa possibilidade.

Quanto ao trabalho escravo, naqueles anos, nem tínhamos tempo de conversar com os trabalhadores, no sentido de compreender a lógica do sistema, as razões que os levavam ao trabalho escravo. Tínhamos pressa em colher os depoimentos e salvá-los. Isso produziu farta documentação, porque, além dos depoimentos, arquivávamos reportagens, peças de inquéritos e processos. As pastas eram organizadas com as informações sobre o trabalho escravo, mas especialmente sobre o conflito fundiário. Sobre o trabalho escravo, você pode ver no acervo de consulta do GPTEC, são milhares de páginas. Mas não trouxe para cá cópia da documentação sobre o conflito fundiário, incomparavelmente maior, mais minucioso, com mais dados.

Essa e outras histórias de trabalho escravo não provocavam consequências, salvo quando mataram, em Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza. Ele não foi morto por trabalho escravo. Expedito era líder sindical, político e comunitário, membro de Comunidade Eclesial de Base, candidato a vice-prefeito, a prefeito e era simpático ao PCdoB, na época clandestino. Certamente entrou no PCdoB, a convite de Paulo Fonteles, citado no início da entrevista. O PCdoB tinha sido vencido, na guerrilha do Araguaia e os guerrilheiros foram presos e a maioria foi assassinada. Paulo, corajoso, aceitou trabalhar conosco e não sabíamos, nem perguntamos sobre sua filiação partidária. Discretamente Paulo atraiu simpatizantes para o partido, de forma especial os camponeses mais expressivos: aqueles que estavam ligados à CPT como Raimundo Ferreira Lima, Expedito e João Canuto.

O assassinato de Expedito, em 2 de fevereiro de 1991, foi uma espécie de gota d’água para nossa indignação. Havia uma leva crescente de assassinatos no Sul do Pará, especialmente de lideranças em Rio Maria. A de Expedito se deu depois da morte de Chico Mendes. Quando Chico foi assassinado, a imprensa brasileira foi pega de surpresa, não sabia sequer quem era. A internacional sabia. Com Expedito houve algo similar. Expedito tinha dado entrevista, por exemplo, em dezembro de 1990, para o *Le Monde Diplomatique*, que publicou duas páginas com ele, a foto dele e as informações sobre as ameaças que sofria. A maior organização de direitos humanos dos Estados Unidos, Human Rights Watch, publicou um longo relatório sobre o Brasil, em janeiro de 1991, relatando, entre outros casos, o do Expedito. Tinha o nome completo dele, da esposa, dos filhos, relatava as ameaças de morte a sua história. Ele tinha dado uma entrevista para uma revista, salvo engano dinamarquesa. Tinha aparecido na imprensa internacional. Quando foi assassinado, era “uma morte anunciada”. As autoridades do município, do estado e da União sabiam, e sabia o próprio Expedito. As autoridades, avisadas, não contiveram o assassino nem os mandantes.

A imprensa internacional chegou no Rio Maria antes da nacional. E esta, envergonhada, sem saber inicialmente do que se tratava. A imprensa do estado do Pará, os jornais *O Liberal* e *A Província do Pará*, e *O Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro deram por um mês matérias com páginas inteiras. O fato mobilizou a opinião pública. Foram para Rio Maria a CUT e outras centrais sindicais, políticos conhecidos como Lula da Silva, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy, além de jornalistas, do prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, atores que estavam no auge da fama como Letícia Sabatella, Ângelo Antônio, Paulo Betti, Cristina Pereira, Antônio Grassi e Sérgio Mamberti.

E no Rio de Janeiro, em 1992, houve no Circo Voador o show “O canto da Terra”, puxado por Chico Buarque, Djavan, Caetano Veloso e a participação de outros artistas como Zezé Motta, Flávio Venturini e Wagner Tiso em solidariedade a nossa luta contra os crimes no campo e a sua impunidade. Rio Maria se tornou um centro de preocupação nacional e os grupos sociais que não se envolviam no tema da violência no campo, como as centrais sindicais e outras as organizações sociais, começaram a se mexer. A CNBB já se preocupava e continuou atenta. Algumas pessoas tiveram um papel relevante, como o Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, que abriu a Procuradoria para discutir o assunto. Tínhamos levado até ele o caso do Expedito. Ele enviou dois subprocuradores a Rio Maria. Depois lhe apresentamos um trabalhador que havia escapado do trabalho escravo de uma fazenda em Redenção.

Nesse contexto, Doutor Aristides permitiu que na Procuradoria começasse uma discussão mensal sobre a violência no campo. Participavam, além da CPT, a Contag, a CUT, parlamentares federais (como Paulo Rocha, Socorro Gomes, Nilmário Miranda e Ademir Andrade) e membros do Ministério Público (por exemplo, Ella Wiecko, Procuradora Federal, jovens procuradores do trabalho, como Luís Antônio Camargo, que foi Procurador-Geral do Trabalho posteriormente e participou de reuniões do GPTEC, e Lelio Bentes - hoje ministro presidente do Tribunal Superior do Trabalho). Estavam nas reuniões o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcello Lavenère Machado, auditores fiscais do trabalho, por exemplo, Ruth Villela e provavelmente Marcelo Campos. O deputado federal Nilmário Miranda criou a Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados e realizou uma audiência pública para discutir o tema. Os demais parlamentares apresentaram ao Congresso, propostas de mudanças legislativas.

O caso do trabalhador apresentado ao doutor Aristides Junqueira era de uma fazenda onde houve fuga, o fugitivo teria sido capturado, levado ao grupo de peões, torturado e colocado no trabalho. Houve nova fuga. O trabalhador, também capturado, diante dos demais, tomou uma surra e teria sido assassinado. Houve uma nova fuga, com posterior captura, e provavelmente os pistoleiros e o gato imaginaram que não adiantaria torturar ou matar, porque continuariam fugindo. Era necessário matar moral e psicologicamente: obrigaram o fugitivo a manter relação oral com um dos pistoleiros. Mais um escapou, narrou as histórias, e o levamos ao doutor Aristides Junqueira.

Para as reuniões na Procuradoria Geral, levamos para a pauta o trabalho escravo. A discussão sobre o trabalho escravo era nova no governo. Frei Henri Burin des Roziers, frade dominicano e advogado, morava comigo em Rio Maria desde a morte de Expedito e participava das reuniões da Procuradoria. Ele foi fundamental por ser bastante dedicado, ter formação em Direito, ter relações no espaço diplomático francês, conhecer políticos como François Mitterant e ter se mudado para Rio Maria. Na distribuição de tarefas entre nós, me cabia coordenar as responsabilidades da Paróquia e agir como uma caixa de ressonância dos problemas de terra e de trabalho escravo dentro e fora do país. Ele cuidava do acompanhamento jurídico dos processos e das reuniões em Brasília.

Logo após o assassinato de Expedito, em 1991, ficou claro que para conter a violência era necessário conjugar ações políticas e jurídicas. Para as políticas, foram criados os comitês Rio Maria; para as jurídicas, um grupo de advogados se ofereceu gratuitamente para auxiliar frei Henri, como Egídio Sales Filho, de Belém, Luiz Eduardo Greenhalgh e a doutora Michael Mary Nolan, de São Paulo. Era claro para nós que, além do discurso da razão jurídica, era necessário labutar com as emoções. Com tal objetivo, cabia atrair artistas para a causa pois estes dariam maior visibilidade à luta, levando alguns à região. A presença deles protegeriam a vida de ameaçados de morte. Era preciso consolidar relações com organizações sociais como a Anistia Internacional,

na Inglaterra, o Centro de Juristas Internacionais e a Human Rights Watch, nos Estados Unidos, os advogados de Nanterre e as Réseaux de Solidarité, na França, a Iniciativa Brasileira, na Alemanha. Os comitês Rio Maria se espalharam por diversas cidades do país e tinham um papel relevante nas mobilizações. No exterior, o Comitê, coordenado pela professora Madeleine Cousineau, de Boston University, foi especialmente relevante.

Realizei dezenas de conferências em universidades, igrejas e organizações da sociedade civil no Brasil, na Europa e na América, nos Estados Unidos e Canadá; fui a ONU, em Nova York e Genebra, à OEA, em Washington, concedi entrevistas à imprensa, participei de documentários e lancei o livro *Rio Maria Canto da Terra no Brasil*, e, em tradução francesa e inglesa, nos Estados Unidos, Canadá, Irlanda, Inglaterra e França.

As atividades na Paróquia e as viagens, dentro e fora do Brasil, me impediram de participar com frequência das reuniões na Procuradoria. Essa era uma das atribuições de Frei Henri. Ele levava para as reuniões as histórias candentes do sul do Pará sobre conflitos possessórios e trabalho escravo. E, naquele espaço, começou a se discutir a respeito da Proposta da Emenda Constitucional (PEC) do trabalho escravo e a mudança no texto do artigo 149 do Código Penal.

Apresentei em nome da CPT, da Human Rights Watch e do Centro de Juristas Internacionais, em Washington, na OEA, três petições contra o governo brasileiro em 1992. Um era o caso João Canuto, assassinado em 1985 e até então o inquérito policial sequer tinha sido concluído e peças do inquérito desapareciam. O segundo caso foi o de José Pereira, cujo desfecho se deu no acordo amigável entre o governo brasileiro e a OEA, no início do governo Lula, em 2003. E o terceiro, não foi acolhido. Tratava-se do caso da fazenda São Luiz, no então distrito da Floresta, posteriormente desmembrado de Conceição do Araguaia como Floresta do Araguaia, onde trabalhadores escaparam do trabalho escravo e policiais militares os prenderam para devolvê-los à fazenda. A ação policial foi frustrada porque uma francesa, dona Paula (Paulette Planchon), que morava no local, reuniu na hora agricultores e criou com eles um grupo de Direitos Humanos. O Grupo foi à delegacia, ameaçou avisar às autoridades se os peões não fossem soltos. Os trabalhadores escaparam. Sob a alegação de que não tínhamos os nomes dos trabalhadores fugitivos, a Comissão Interamericana não recebeu o caso, mas recebeu os casos Zé Pereira e João Canuto. Como o governo brasileiro ainda não tinha homologado e reconhecido a Corte Interamericana, os casos não podiam ir para a Corte e o caminho era o acordo amigável. O caso João Canuto, antes de um acordo amigável, teve uma resolução: o inquérito foi concluído e parte dos envolvidos no crime foram julgados e condenados.

Na ONU, em nome da CPT e a convite da Federação Internacional dos Direitos Humanos, denunciei crimes no campo, inclusive de trabalho escravo. A Federação considerou que não cabia “trabalho escravo”, era mais adequado “trabalho forçado”. No livro *Escravidão na Amazônia*, escrevemos sobre o fato. Celso Amorim, embaixador brasileiro na ONU, não negou os crimes. Certamente foi a primeira vez que, na instância internacional, o governo, através do seu embaixador, reconheceu o crime. Em 1995, Fernando Henrique Cardoso, em discurso radiofônico, reconheceu novamente. Ao fazê-lo, pensava no trabalho forçado. E havia nisso, provavelmente, uma interlocução entre o presidente e José de Souza Martins.

José de Souza Martins, ex-aluno de Ruth e Fernando Henrique, mantinha uma relação de admiração com os mestres. No final do segundo mandato de Cardoso, José de Souza participou de uma comissão para elaborar o I Plano Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e para organizar os termos do acordo amigável do caso José Pereira, proposto pela OEA. No entanto, FHC teria ficado constrangido em assinar o I Plano Nacional pois já era o final do governo. Como assinar um acordo para outro governo encaminhar? Deixou para ser assinado o I Plano e o acordo amigável para Lula que o fez no início de seu governo, em 2003.

E, em 2003, a novidade foi a aprovação de um novo texto para o artigo 149, que, ao contrário do que defendiam José de Souza Martins e Fernando Henrique Cardoso, não era restrito ou condicionado ao trabalho forçado, à privação de liberdade. A lei aprovada foi mais avançada do que eles consideravam razoável.

**Lucas Soares:** Além do que já foi exposto, quais são os principais marcos no combate à escravidão contemporânea em termos de políticas públicas?

**Ricardo Rezende Figueira:** Posso mencionar a Lista Suja, que é um cadastro dos empregadores envolvidos com o crime; o trabalho realizado pela Repórter Brasil com apoio da OIT de identificação da cadeia de produção e, como resposta, o Pacto Nacional contra a escravização com a participação de parte importante de grandes empresas; a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel e a participação do Ministério Público do Trabalho nas operações de resgate, com os termos de ajuste de conduta, por danos morais individuais e coletivos; a garantia do seguro-desemprego com a previsão de três meses de salário; a mudança do texto do artigo 149 do Código Penal foi importante pois facilitou a ação das fiscalizações, das denúncias e das condenações.

Além disso, a criação da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e das Comissões Estaduais pela Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAES) auxiliou a monitorar o que se passava. Houve ainda algumas medidas interessantes, mas não são de política pública, as “ações integradas”.

Uma ação pública, por exemplo, se dá quando o governo implementa o “bolsa família” e condiciona a presença da criança na escola e a vacinação à liberação do recurso. A medida tira a criança do trabalho e protege sua saúde. O “bolsa família” é um caminho para adultos e crianças, porque a causa principal da escravização de pessoas é sua vulnerabilidade econômica. Faltam ainda medidas estruturais de enfrentamento ao crime. Medidas não só nacionais, mas internacionais. Não se resolve o problema em um só país. É um crime que exige um concerto entre as nações.

Quem consegue competir com a China? Como o país produz um guarda-chuva que é vendido nas ruas do Rio de Janeiro por dez reais? Compraram a matéria prima aqui e a transportaram para China e transportaram o produto acabado de lá para cá, pagaram os impostos, os custos de produção, mão de obra. “Qual empresário brasileiro seria capaz de produzir o mesmo guarda-chuva por esse preço?”, me perguntou um executivo. Atrás disso, há uma mão de obra escravizada? O mesmo com a indústria das roupas, quem consegue produzir e vender pelo preço que a China consegue? Uma das respostas se encontra na mão de obra, nas relações injustas de trabalho? A competição exige uma regulamentação através de leis e acordos internacionais que proibiria e imporá sanções em caso de trabalho infantil, escravo ou forçado, exaustivo e degradante.

**Lucas Soares:** No caso da Comissão Pastoral da Terra, qual o papel que ela teve e tem na construção das políticas públicas? Há alguma política ou metodologia utilizada pela organização que passou a ser adotada pelo Estado brasileiro?

**Ricardo Rezende Figueira:** A CPT informa e forma, documenta e denuncia. A partir das denúncias recolhidas pelos agentes pastorais, houve as primeiras fiscalizações empreendidas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel e os primeiros resgates. A documentação organizada nem sempre o Estado fez, mas alguns órgãos do Estado, inspirados ou não na CPT, melhoraram e qualificaram os dados, os relatórios de fiscalização e a coleta de dados. Certamente o trabalho da CPT desde o final dos anos 1970 sobre o tema impulsionou a ação do Estado. Para o grande público, em geral, é a mídia que informa, anuncia os casos de fiscalização ou repercute as denúncias da CPT. Além de produzir notícias sobre o fato, às vezes, ela conta com parceiros. Por exemplo, o Movimento Humanos Direitos - uma organização da sociedade civil, composta por artistas e intelectuais criada em 2003 -, fez ao longo dos anos vinhetas veiculadas em rede nacional de TV e denunciou o crime, visitou parlamentares e provocou ministros do Estado para que mudanças legislativas se dessem. A CPT produziu material de comunicação e didático sobre trabalho escravo e a campanha “Escravo nem pensar”.

As campanhas que existem não são necessariamente do poder Executivo. O Ministério Público do Trabalho tem financiado certamente a campanha da CPT e da Repórter Brasil pela erradicação do trabalho escravo, como resultado de termos de ajuste de conduta ou de ações cíveis contra o empregador. Recordo que houve uma campanha contra o tráfico de pessoas e contra a escravidão em aeroportos. Talvez tenha sido uma iniciativa do Ministério Público do Trabalho e não do poder Executivo. O que o poder público fez e a CPT ajudou, porque estava em todas as discussões, como o GPTEC, é o I, o II e o III Plano Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Então, naquela esfera se propôs Políticas Públicas a diversos ministérios

de enfrentamento ao crime. Se não fosse a CPT e se não fosse o assassinato do Expedito a gente não teria provavelmente nada do que está tendo agora.

A CPT está na origem da discussão da escravidão em geral, especialmente a rural. Sem ela, dificilmente teria sido realizada a política pública de combate ao crime. A Pastoral dos Migrantes teve um peso ao alertar o problema dos bolivianos na costura em São Paulo, e sobre a escravidão urbana.

Considero que, nos planos pela erradicação da escravidão, foi fundamental a larga experiência da CPT com o problema e a existência de algumas figuras carismáticas. Por exemplo, Henri Boureau des Roziers, que era teimoso, provocava as autoridades, cobrava e tinha experiência jurídica. Outro, Frei Xavier Plassat, da CPT do Tocantins, antenado, consegue articular informações, tanto as que recebe de agentes de pastoral quanto as do Ministério Público do Trabalho e dos auditores fiscais do trabalho. Tem outros que estão ou estiveram debatendo e agindo, como Leonardo Sakamoto e Natália Suzuki, da Repórter Brasil; Antônio Camargo, Guadalupe Couto, Rafael Garcia Rodrigues e diversos procuradores do trabalho; Ruth Vilela, Marcelo Campos, Claudio Secchin e outros auditores fiscais; juízes como Carlos Haddad e Jonatas Andrade; alguns que atuaram na OIT ou na CONTAG.

Temos, como disse antes, ações que podem apontar para políticas públicas. No Mato Grosso ou no Rio de Janeiro, há a “ação integrada” em que ocorre atividade educativa e profissional voltada para resgatados e pessoas vulneráveis. Mas são atividades que atingem pequeno número de pessoas. Uma política pública tem que atender milhões de pessoas. No Rio, a Cáritas, financiada por recursos oriundos de termos de ajuste de conduta ou de ações cíveis, acolhe pessoas resgatadas. Presta assessoria psicológica, providencia uma hospedagem. São ações úteis necessárias mas atingem poucas pessoas. Tais ações revelam aquilo que poderia ser feito pelo Estado. Houve um momento que se deu outras pequenas experiências de enfrentamento ao problema, como o “Carvão cidadão”, no Maranhão. Empresários buscaram incorporar ao trabalho “digno” pessoas resgatadas em carvoarias. Algo parecido se deu no Mato Grosso, com o “Algodão cidadão”. Foram iniciativas privadas; não foram políticas públicas.

**Lucas Soares:** A mesma pergunta que eu fiz sobre a CPT, agora faço me referindo à universidade. Qual papel a universidade tem e teve na construção de políticas públicas ou de informar sobre o trabalho escravo?

**Ricardo Rezende Figueira:** Quando a universidade produz pesquisa e reflexão, o material pode ser lido por autoridades do poder Executivo e Judiciário e por membros da procuradoria. O GPTEC, que completa 20 anos em 2023, produziu 15 livros, dezenas de artigos científicos e reuniões científicas sobre o tema. Dessa experiência acadêmica podem encontrar um material crítico que subsidie o planejamento da atividade ou a argumentação de uma denúncia ou de uma sentença. Antes da pandemia, as Reuniões Científicas promovidas pelo GPTEC eram acompanhadas por reuniões da CONATRAE e das COETRAES. Por exemplo, em reuniões realizadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Cuiabá, houve reuniões da CONATRAE e COETRAES no mesmo período e cidade. Assim, os que quisessem, participavam dos dois eventos ou faziam reuniões das COETRAES. Então, por exemplo, ao realizar a Reunião no Rio, havia a reunião anual das COETRAES na cidade na véspera ou no dia seguinte. De tal forma que o pessoal vinha para o encontro das COETRAES, querendo, ficava para a Reunião Científica. Assim, se dava um diálogo entre servidores públicos da União e dos estados, sociedade civil e a academia.

São diversos os operadores de direito que estão na academia, inclusive juízes. Orientei uma juíza no mestrado, Daniela Muller. Particpei da banca de mestrado e doutorado de juízes do trabalho e juízes federais. Falei para procuradores do trabalho na Escola de Procuradores em Brasília, para juízes e desembargadores em diversas ocasiões. Suponho que o intercâmbio multidisciplinar de estudos sobre o tema produza efeito. No Rio de Janeiro, participam da reunião da COETRAE: o GPTEC, em geral através do Murilo Mota; a Universidade Federal Fluminense, através da professora Marcela Soares; e a PUC, através da professora Sílvia Pinheiro. Com a presença de pesquisadores e de autoridades e organizações sociais, a COETRAE do Rio redigiu uma proposta que foi apresentada pelo vereador Reimont Santa Bárbara à Assembleia Legislativa Municipal. No Rio de Janeiro há uma lei que proíbe participar em licitação promovida pelo estado

quem constar na Lista Suja, por exemplo. Em São Paulo há uma lei que proíbe o funcionamento no estado durante cinco anos de empresa que constar na Lista Suja.

A universidade está presente de diversas formas e não é fácil mensurar todas as consequências. Antecipamos ao Ministério Público e aos auditores fiscais que poderia haver escravidão de estrangeiros no Rio. De fato, se constatou depois o trabalho escravo entre os chineses. Algumas pessoas ligadas diretamente à política pública fazem dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o assunto da escravidão, como auditores fiscais do trabalho, procuradores e juizes.

Os estudos e as pesquisas auxiliam a pensar as políticas públicas. Por exemplo, como enfrentar o problema de criança em situação de rua, ou criança em narcotráfico? Tem estudos e pesquisas, por exemplo, desenvolvidos por pesquisadores como Irene Rizzini que apontam que pequenas ações do poder público poderiam evitar situações dramáticas. Se houvesse na favela educadores populares que oferecessem alternativas de lazer e inserção social, delegacias de mulheres, estudo em tempo integral para as crianças e adolescentes, quem sabe muitas histórias não teriam desfechos diferentes? Uma criança que fica sem adultos próximos, se o pai passa o dia fora de casa no trabalho legal/ilegal ou está preso, e a mãe, no decorrer do dia, trabalha... Se fosse classe média, os pais terceirizavam a educação, colocavam a criança em aulas particulares ou atividades esportivas. Na favela, as crianças ficam soltas e sem dinheiro para ter acesso ao que a sociedade de consumo oferece, uma atividade esportiva organizada, proibida de tudo: do acesso ao picolé, ao tênis, ao ônibus pois não tem dinheiro. O caminho pode ser o tráfico, onde terá uma “família”, dinheiro, arma, poder, namorada, prestígio, vai deixar de ser invisível.

A presença de educadores populares na região poderia agregar as crianças, formar grupos de jovens, organizar atividades esportivas, musicais, circenses, daria mais sentido de vida e dignidade... O “bolsa família” pode supletivamente tirar a família de uma condição de miserabilidade. Seria uma política pública realizada com pesquisa, planejamento. Uma ONG pode realizar algo, será uma espécie de experiência piloto interessante, mas não é ainda uma política pública. Podemos pensar na superação da escravização e propor por exemplo, a reforma agrária, a distribuição de terras. Mas, a pesquisa pode traçar o perfil do público-alvo e verificar se ele quer a terra ou se tem outro sonho. A reforma agrária pode ser uma solução para uns, mas não para todos.

**Lucas Soares:** De que maneira o combate à escravidão no Brasil influencia ou influenciou a mesma luta no resto do mundo?

**Ricardo Rezende Figueira:** Na América Latina é mais ou menos evidente. As pressões vindas da CPT, da Repórter Brasil, do SINAIT, da ANAMATRA, da Academia e de outros atores levaram o Presidente da República a reconhecer o crime, a ter mudanças legislativas. Produziram-se políticas públicas que são referências e isso repercutiu nos países do Cone Sul. Auditores fiscais e procuradores foram aos países vizinhos para discutir mecanismos de combate ao crime. Se você estiver, por exemplo, no Chile ou na Argentina e ligar o aparelho de rádio ou a televisão, pode encontrar referência ao trabalho escravo, uma categoria que no Brasil, se tornou “vencedora”. As categorias usadas no passado eram trabalho humilhado, cativo, peonagem e morada, por exemplo. Mas a categoria “escravo” ganhou fôlego e tem repercussão não apenas acadêmica. Passou a constar recentemente no artigo 243 da Constituição Federal brasileira; mesmo se no Código Penal, consta como “análogo” a escravo.

O Papa Francisco, quando era arcebispo de Buenos Aires, na Argentina, falava sobre o combate ao trabalho escravo, provavelmente influenciado pelo Brasil. E, sendo Papa, constantemente, utiliza a categoria. Obama, em um famoso discurso no Clinton Global Initiative, em 25 de setembro de 2012, afirmou que tráfico de pessoas “deve ser chamado por seu verdadeiro nome: escravidão moderna”. Talvez tenha usado a expressão como uma influência brasileira, mas não só, se baseava no Protocolo de Palermo. E nos Estados Unidos há grupos antiescravagistas. A produção de artigos e livros cresceu muito no Brasil e galgou uma legitimidade junto à política pública e acadêmica.

A sentença da Brasil Verde pode se tornar uma referência entre os sistemas internacionais de Direitos Humanos europeu e africanos e gerar jurisprudência. Juízes europeus e africanos não desconhecerão a sentença. E nela é citada a legislação brasileira, que é avançada. Na última Reunião Científica, em novembro de 2022, tínhamos gente de sete universidades estrangeiras, 19 brasileiras, destas 17 eram públicas, estaduais ou federais, a maioria federal, e duas eram particulares.

**Lucas Soares:** A rede interinstitucional de combate à escravidão funciona? O que tem dado certo e o que precisa ser revisto?

**Ricardo Rezende Figueira:** Acho que tem dado certo, às vezes tem algum atrito. Há uma relação necessária entre os auditores fiscais, os procuradores do trabalho, outros agentes do serviço público, como o IBAMA, a Polícia Federal e, às vezes, a polícia do estado. Em princípio outros ministérios estariam se relacionando, conforme preveem os Planos Nacionais de Erradicação ao Trabalho Escravo. O fato de o Grupo Móvel ter sido criado por uma portaria interministerial também é um sintoma de algo que foi bom. O fato de a CONATRAE estar situada no Ministério dos Direitos Humanos e não do Trabalho, também é bom, pois envolve intrinsecamente duas áreas do governo. O diálogo é frutífero.

Olha que interessante, quantas instituições, inclusive internacionais, participaram da XV Reunião Científica! A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho) esteve presente, isso é importante. Com frequência, o Sindicato dos Auditores Fiscais participa. Há um diálogo institucional que pode fortalecer o combate à escravização de pessoas.

Os problemas que existem podem estar ligados com frequência a questões subjetivas, é muito humano: quem é protagonista, quem não é e reflete nas relações institucionais. A pessoa que está na direção atrapalha ou facilita.

**Lucas Soares:** Quais são os principais limites e desafios que as políticas de combate à escravidão hoje encontram no Executivo, no Legislativo, no Judiciário?

**Ricardo Rezende Figueira:** Neste momento [novembro de 2022], no Executivo faltam interesse e recursos. O presidente Bolsonaro conspirou contra qualquer ação em favor dos direitos e da proteção ao trabalhador; não tem nenhuma empatia com os trabalhadores. Chegou a eliminar o Ministério do Trabalho, que se tornou uma espécie de Subsecretaria do Ministério da Economia. O trabalhador foi submetido à economia. Depois recriou o Ministério do Trabalho. No Executivo, o que temos de bom? Pessoas individuais, grupos de pessoas que agem independente da visão dos superiores.

No caso do Judiciário, há problemas. Entre os juízes federais há menor sensibilidade ao problema. Carlos Haddad, que foi juiz federal em Marabá e hoje dá aulas na Universidade Federal de Minas Gerais, é exceção. Como juiz fez algumas condenações, mas é atípico. Na área do trabalho há mais condenações, mas em um número inferior ao que se podia imaginar. Os relatórios de fiscalizações não produziram necessariamente denúncia e se produziram, não significam condenações, apesar das provas. No Judiciário e no Ministério Público, o lugar social em que se colocam alguns juízes é o lugar do patrão, do empregador e não dos trabalhadores. Isso gera decisões que nem sempre são favoráveis ao cumprimento da lei.

Grosso modo, o Legislativo é conservador e patronal. Os casos de avanço legislativo foram em função de determinados contextos. A PEC do trabalho escravo só foi possível, porque naquele momento e ambiente, votar contra a PEC era como dizer “sou favorável ao trabalho escravo” e ninguém quer ser a favor do trabalho escravo. Havia sido criado um ambiente de pressões que permitiu a aprovação da PEC. No entanto, também foi uma armadilha porque assinaram a emenda constitucional e não houve regulamentação. E querem rediscutir o conceito. Se o fizerem, será um retrocesso e a escravidão se reduzirá ao trabalho forçado. Neste caso, é melhor que a PEC não seja regulamentada.

**Lucas Soares:** Qual deve ser a prioridade que o governo federal eleito deve ter agora, no combate ou na reestruturação das políticas de combate à escravidão?

**Ricardo Rezende Figueira:** Uma é abrir concurso para novos auditores fiscais, há um grande déficit. Segundo, recompor a equipe da coordenação da CONATRAE, faltam servidores. Recuperar antigos servidores para que retomem suas funções e ter um quadro de coordenação para a Coordenação. Isso foi discutido numa equipe que teve um encontro com a Maria do Rosário, ex-Ministra de Direitos Humanos, que está na equipe de transição.

É necessário apoio aos grupos móveis e recursos para que possam funcionar. Sem recurso fica difícil fiscalizar. Manter a Lista Suja é importante. Repensar a composição da CONATRAE: a sociedade civil poderia ter mais espaço. E as mudanças estruturais que serão as mais difíceis, seriam distribuição de renda, geração de empregos formais, combater as terceirizações, locais onde incide mais constantemente o trabalho escravo.